

Vigilância de fatores ambientais de risco à saúde associados aos eventos de massa no ESP: o caso da água para consumo humano

Surveillance of environmental factors that pose risks to human health in association to mass events in ESP: the water issue for human use

Luís Sérgio Ozório Valentim

Divisão de Ações Sobre o Meio Ambiente. Centro de Vigilância Sanitária. Coordenadoria de Controle de Doenças. Secretaria de Estado da Saúde, São Paulo – Brasil.

INTRODUÇÃO

Os preparativos finais para a Copa FIFA 2014 consolidam um amplo conjunto de iniciativas do poder público para garantir a realização do evento em condições de segurança e conforto, compatíveis com as expectativas que antecedem espetáculos mundiais de tal grandeza.

Mais do que isto, num país com tantas dívidas sociais como o Brasil, as exigências da plateia por diversão e arte merecem estar alinhadas com os anseios cotidianos da população por serviços e infraestruturas urbanas que lhes permitam uma vida melhor, como se depreende das manifestações populares que têm a Copa como um de seus temas mais frequentes. Deriva daí a desafiadora tarefa de se promover o *show* e garantir legados. Daí a necessidade de se impor o compromisso indissociável da copa brasileira com o presente e o futuro, com a atração global e a herança local.

Embasado no planejamento da Vigilância Sanitária paulista para a Copa FIFA 2014 e nas relações intrínsecas entre os fenômenos ditos de massa e os riscos sanitários, o artigo apresenta as ações estratégicas e estruturantes do Centro de Vigilância Sanitária para aprimorar a vigilância da qualidade da água para consumo humano no Estado de São Paulo.

Cenários de risco à saúde derivados de fluxos e aglomerações populacionais intensas

Em escalas e tempos diversos, os fenômenos migratórios e os eventos de massa, como a Copa FIFA 2014, guardam certas semelhanças, especialmente no que diz respeito ao vigoroso deslocamento e concentração de pessoas: os primeiros encerrando efeitos duradouros, os segundos transitórios; aqueles incrementando riscos sanitários crônicos, estes compondo cenários conjunturais de ameaças à saúde.

Se o país ainda engatinha na organização dos eventos de massa, tem largo convívio com os grandes deslocamentos populacionais, fenômenos históricos que tanto transformaram a sociedade brasileira. O Estado de São Paulo, em especial suas regiões metropolitanas, foi por muitas décadas receptor de grandes levas populacionais, notadamente as oriundas do nordeste brasileiro, movimento que sustentou o progresso paulista, mas que também inchou cidades a taxas de até 18% ao ano e configurou os problemas sociais, sanitários e ambientais que hoje desafiam a conformação das políticas públicas.*

Tal modelo de desenvolvimento configurou o modo concentrado de ocupação do estado, fazendo com que 72% da população se

*Para se ter ideia do fervor da ocupação da cidade de São Paulo e arredores, entre 1950 e 1960, a população da Região Metropolitana de São Paulo quase dobrou, aumentando a taxas geométricas anuais de 6,1%. Na década de 1970/1980, a população do município do Embu, vizinho à Capital, quintuplicou, crescendo a taxas médias anuais de 18,01%; na década seguinte, 1980/1990, Santana do Parnaíba aumentou em quase quatro vezes sua população, a taxa média de 12,71% ao ano. Tais fenômenos se devem aos movimentos migratórios e às altas taxas de natalidade desses períodos.

concentre em apenas 16% do território – a chamada Macrometrópole –, ou, quando considerada a metrópole paulista de 20 milhões de habitantes, que 47% de seus habitantes disputem espaço e recursos naturais em apenas 3,2% do território estadual.

Deste processo tão violento de uso e ocupação do território emergem problemas crônicos de saneamento, proliferam passivos ambientais e consolidam-se riscos ambientais de várias ordens. Atualmente, a Região Metropolitana de São Paulo demanda muito mais água do que a bacia hidrográfica que ocupa – a do Alto Tietê – pode ofertar; gera diariamente, por intermédio de seus 20 milhões de habitantes, uma carga de esgoto sanitário correspondente a um milhão de DBO,** tornando sem vida o rio Tietê e seus afluentes; conta com 2.320 áreas contaminadas geradas pelas mais de 20 mil indústrias e outras atividades econômicas com alto potencial de contaminação do solo e das águas subterrâneas; e lança anualmente na atmosfera cerca de 3 milhões de toneladas de poluentes, como monóxido de carbono, hidrocarbonetos, óxidos de nitrogênio e de enxofre e material particulado.

Outros fenômenos de movimentação intensa de grandes contingentes populacionais também permitem algum paralelo com os eventos de massa, como aqueles que ocorrem nas cidades litorâneas durante as altas temporadas de verão, ou nos municípios de vocação turística e de tradição religiosa.

Em Guarujá, por exemplo, à população de 290 mil habitantes acrescentam-se até 200 mil outras pessoas em períodos festivos ou de férias escolares, atraídas pelas praias durante o Natal, *Réveillon* ou Carnaval. É nesses períodos que a demanda por serviços de saneamento se

intensifica ao extremo, potencializando surtos diarreicos e outras doenças de veiculação hídrica. Foi o que ocorreu nos verões 2010 e 2011, quando alterações da potabilidade da água, provocadas pelas intensas e típicas chuvas da estação e evidenciadas a partir do parâmetro turbidez, expôs um contingente ampliado de pessoas, composto por moradores locais e turistas, a patógenos presentes na água distribuída pela companhia de saneamento, causando surtos diarreicos de grande magnitude.

Aparecida, tradicional município paulista do Vale do Paraíba, famoso pelo culto a Nossa Senhora Aparecida, recebeu em 2009 estimados 9,54 milhões de romeiros, com pico de 1,14 milhão em novembro, contingente populacional expressivo para uma cidade onde vivem apenas 35 mil pessoas. Tal condição provoca picos na procura por serviços de alimentação, saneamento, assistência de saúde, dentre outros, gerando dificuldades para o dimensionamento adequado das infraestruturas e da oferta de serviços públicos, que alternam períodos de alta demanda e de notória ociosidade. A Jornada Mundial da Juventude 2013, evento internacional da Igreja Católica que congrega milhares de jovens de dezenas de países, contemplou a visita do Papa à Basílica de Aparecida, implicando romarias de centenas de milhares de fiéis e concentrando mais população em uma cidade já rotineiramente tomada por levadas de pessoas, que demandam serviços extras de alimentação, água, esgotamento sanitário, assistência à saúde etc.

Eventos de massa e riscos sanitários

Para que o princípio da harmonia ou da não imposição dos interesses comerciais sobre as demandas sociais prevaleça é importante que a

**Demanda Bioquímica do Oxigênio.

Copa FIFA 2014 seja compreendida não como fenômeno esportivo isolado, circunscrito ao mundo futebolístico, mas como acontecimento fortemente ligado ao contexto atual, tendente a promover eventos de massa que mobilizam capital, esforços e interesses em escalas cada vez maiores.

Como o capital se mostra avesso à calma, é próprio da economia globalizada fincar seus alicerces na extrema circulação de mercadorias, ideias e pessoas. É, pois, no intenso deslocar que se faz a reprodução do capital. A lista abaixo ilustra tendências que conferem às grandes cidades do planeta o papel de receptoras de turistas internacionais, condicionando-as à busca incessante de atrações e singularidades que as destaquem nas relações internacionais de mercado. Vale a pena chamar a atenção para a

posição das duas maiores cidades brasileiras no *ranking* mundial daquelas que mais receberam turistas internacionais em 2012. O Rio de Janeiro ocupa somente a 90ª posição, São Paulo a 97ª, com, respectivamente, 1,79 e 1,69 milhão de pessoas. Note-se que Hong Kong atraiu no mesmo ano 23,77 milhões de turistas.

Tendente a se posicionar mais ativamente na ordem contemporânea das transações internacionais, o Brasil também se abre aos eventos de massa. Eles anunciam um país gradualmente inserido nas lógicas sociais e econômicas do que se convencionou chamar globalização, entendida aqui, em suma, como uma radicalização das relações comerciais e afetivas entre os povos, implicando intensos movimentos transfronteiriços de mercadorias, ideias e pessoas.

Euromonitor International's Top City Destinations Ranking

City	Country	Ranking	Arrivals 2012 ('000)	2011/2012 % Growth
Hong Kong	Hong Kong	1	23,770.2	6.5
Singapore	Singapore	2	21,345.7	7.7
Bangkok	Thailand	3	15,822.6	14.6
London	UK	4	15,461.0	2.3
Macau	Macau	5	13,360.8	3.4
Kuala Lumpur	Malaysia	6	13,339.5	6.7
Shenzhen	China	7	12,100.4	9.6
New York City	USA	8	11,618.0	8.9
Antalya	Turkey	9	10,296.6	-1.6
Paris	France	10	9,780.8	3.3
Rio de Janeiro	Brazil	90	1,796.7	6
Melbourne	Australia	91	1,780.0	6.1
Washington DC	USA	92	1,741.0	6.3
Riyadh	Saudi Arabia	93	1,738.9	8
Christchurch	New Zealand	94	1,732.5	-0.1
Frankfurt	Germany	95	1,731.2	2.9
Baku	Azerbaijan	96	1,709.1	7.5
São Paulo	Brazil	97	1,690.0	2.4
Harare	Zimbabwe	98	1,686.5	7.1
Kolkata	India	99	1,637.4	14.4
Nanjing	China	100	1,634.7	8.5

Fonte: <http://blog.euromonitor.com/2014/01/euromonitor-internationals-top-city-destinations-ranking.html#sthash.Kr7JX0kW.dpuf>

Figura 1. Principais cidades do mundo ranqueadas de acordo com a recepção de turistas internacionais em 2012

Sob esta perspectiva, os eventos ditos de massa podem ser configurados como fenômenos sociais, vinculados a lógicas econômicas globalizadas, espetáculos planejados com propósitos econômicos, políticos, religiosos e esportivos, dentre outros, que encerram implicações de várias ordens, inclusive sanitárias. Tais eventos tendem a concentrar populações em tempos e espaços restritos, a intensificar fluxos de pessoas e a pressionar sistemas e infraestruturas.

Nos últimos anos, observa-se no Brasil um incremento na recepção de eventos internacionais. Os Jogos Pan-Americanos (2007), os Jogos Mundiais Militares (2011), a Rio+20 (2012), a Copa das Confederações (2013), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos (2016) sustentam tal afirmação.

Se esses eventos dinamizam a economia, põem em evidência os locais sede e aumentam a autoestima dos anfitriões, trazem também um conjunto de novas relações e situações que prenunciam prejuízos nem sempre identificáveis *a priori*.

Do ponto de vista da saúde, os eventos de massa potencializam a circulação de agentes patogênicos; conferem magnitude e transcendência às questões sanitárias; elevam a demanda e expõem vulnerabilidades de infraestruturas, sistemas e serviços; aumentam o potencial de colapso ou alteram a qualidade dos serviços de saneamento e incrementam ameaças à segurança sanitária.

Segurança de água em eventos de massa

Produto de consumo universal, a água em quantidade e qualidade adequada é fator imprescindível para a manutenção da saúde da

população. Interferências na disponibilidade e alterações dos padrões de potabilidade do produto fomentam riscos de doenças para amplos contingentes populacionais, implicando magnitude e transcendência aos eventos epidemiológicos.

Para garantir pleno acesso e consumo seguro da água ofertada à população paulista, a Secretaria de Estado da Saúde instituiu, em 1992, por meio da Resolução SS 45, o Programa Estadual de Vigilância da Qualidade de Água para Consumo Humano (Proágua), atribuindo a coordenação ao Centro de Vigilância Sanitária. No âmbito local, o programa é gerenciado pelas equipes de vigilância municipal com apoio dos Grupos Regionais de Vigilância Sanitária (GVS).

No cotidiano, e ainda mais por ocasião dos eventos de massa, espera-se do Proágua avaliações e respostas ágeis para contenção de eventuais situações de risco sanitário, bem como plena atenção às condições de estabilidade e segurança dos sistemas públicos e das soluções alternativas de abastecimento de água. Com a proximidade da Copa, as equipes regionais e municipais do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (Sevisa) vêm dedicando especial atenção aos sistemas de abastecimento de água e aos estabelecimentos comerciais voltados à prestação de serviços de hospedagem e alimentação na capital e em municípios que receberão delegações ou contingentes mais significativos de turistas dos países participantes do evento.

Em complemento à intensificação das ações fiscalizatórias para garantir pleno acesso à água potável, o Centro de Vigilância Sanitária considera a Copa FIFA 2014 como referência e oportunidade para fortalecer iniciativas estruturantes de vigilância da qualidade da água

para consumo humano, de forma a garantir legados que impliquem maior proteção à saúde da população em geral. Para isto, elegeu seis abordagens prioritárias para aprimorar a gestão do Proágua. A integração interinstitucional com os órgãos de controle da qualidade ambiental e de outorga dos recursos hídricos, a cooperação com as agências reguladoras de saneamento, a apropriação de metodologias para garantir segurança à água distribuída à população, o aprimoramento dos sistemas que gerenciam dados de potabilidade da água, a melhor regulação das soluções alternativas coletivas de abastecimento e a definição de referências sanitárias e ambientais para a comercialização de água de reúso constituem as demandas consideradas mais relevantes, como discriminado abaixo.

Comitê Integrado de Qualidade da Água para Consumo Humano

Contexto: Os complexos cenários de uso e ocupação do território paulista demandam ações integradas dos órgãos públicos de Saúde, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, gestores da quantidade, qualidade e potabilidade das águas oriundas de mananciais superficiais e subterrâneos. Iniciativas regulatórias conjuntas, como a Resolução SMA/SSRH/SES 03/2006, dentre outras, evidenciam a necessidade de referências interinstitucionais para maior efetividade de controle e vigilância da água consumida pela população. **Proposta:** Instituir Comitê Permanente para Gestão Integrada da Qualidade da Água destinada ao Consumo Humano no Estado de São Paulo. **Estratégia:** Promover entendimentos interinstitucionais para elaborar proposta de resolução conjunta sobre controle e vigilância da qualidade da água

para consumo humano. **Parcerias/interfaces:** Secretarias de Meio Ambiente e de Saneamento e Recursos Hídricos, por intermédio, respectivamente, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). **Estágio:** Publicada Resolução Conjunta SES/SMA/SSRH 01, em 20 de fevereiro de 2014, instituindo “Comitê Permanente para Gestão Integrada da Qualidade da Água Destinada ao Consumo Humano no Estado de São Paulo”, designados representantes das instituições contempladas e iniciadas reuniões para definição de prioridades e cronograma de trabalho. **Relevância:** População e turistas com maior segurança no consumo de água por conta da integração de iniciativas de controle ambiental, outorga de recursos hídricos e vigilância de riscos sanitários. **Legado:** Sistemas de abastecimento público e soluções alternativas sob olhar integrado e sistêmico dos órgãos de regulação sanitária, ambiental e de recursos hídricos.

Cooperação Técnica com agências paulistas reguladoras de saneamento

Contexto: Dentre as competências atribuídas à Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), instituída em 2007, estão as de fomentar a modernização e tornar mais eficientes as empresas prestadoras de serviços de saneamento do Estado de São Paulo. Do mesmo modo, cabe à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (ARES-PCJ) regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados à agência, de modo a garantir excelência

e contribuir para o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e poder público. No tocante à produção de água para consumo humano, embora nas últimas décadas se observem notáveis progressos na expansão da cobertura dos serviços e na qualidade da água produzida, restam ainda muitos desafios em razão de deficiências estruturais ou da progressão dos impactos associados à crescente ocupação do território paulista. No complexo contexto de produção de água em São Paulo, evidenciam-se interesses comuns e convergências de competências entre as ações regulatórias dos serviços de saneamento e as de vigilância de riscos sanitários. **Proposta:** Estabelecer cooperação técnica para fomentar iniciativas interinstitucionais entre o CVS, a ARSESP e a ARES-PCJ com vistas ao aprimoramento dos serviços voltados à produção de água para consumo humano e o controle do risco sanitário. **Estratégia:** Avaliar interfaces entre os órgãos e promover entendimentos comuns para possível estabelecimento de cooperação técnica entre as partes. **Parcerias/interfaces:** Agência Regulatória de Saneamento do Estado de São Paulo (ARSESP) e Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (ARES-PCJ). **Estágio:** Minutas de termos de cooperação técnica elaboradas e em trâmites finais para assinatura pelas partes, após reuniões conjuntas preliminares e devida apreciação jurídica. **Relevância:** Maior eficiência e segurança na produção da água ofertada à população em geral e aos turistas, durante eventos de massa, com alinhamento das iniciativas de controle sanitário e de regulação dos serviços de saneamento. **Legado:** Sistemas de abastecimento público de água melhor estruturados e com maior controle sobre a qualidade do produto.

Padrões de qualidade e referências para vigilância integrada de água de reúso

Contexto: Em razão da crescente escassez de recursos hídricos em áreas urbanas, o aproveitamento de água de reúso, proveniente de estações de tratamento de esgoto (ETE), para lavagem de logradouros e espaços públicos em geral, bem como para irrigação paisagística e outros usos urbanos, tem se configurado como atividade comercial em franca expansão no Estado de São Paulo. Se não devidamente regulada, a prática implica riscos sanitários e ambientais, possibilitando a exposição de grupos populacionais a contaminantes microbiológicos ou físico-químicos presentes nos efluentes sanitários urbanos. Por conta dos riscos da atividade, desde 2006 as pastas de Saúde, de Meio Ambiente e de Saneamento e Recursos Hídricos (resolução Conjunta SES/SMA/SERHS 7/2006) vem promovendo entendimentos para regular o assunto. **Proposta:** Disciplinar o reúso para fins urbanos de água proveniente de estações de tratamento de esgoto sanitário. **Estratégia:** Publicar resolução conjunta que “disciplina o reúso direto não potável de água proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário para fins urbanos”. **Parcerias/interfaces:** Secretaria de Estado de Meio Ambiente, por meio da Cetesb; Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, por meio do DAEE; e Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH). **Estágio:** Em 2008 foi concluída a primeira proposta de normatização, nos termos da Resolução Conjunta SES/SMA/SERHS 7/2006. A minuta foi objeto de amplo debate e consulta pública a partir de sua apreciação na Câmara Ambiental do Setor de Saneamento, coordenada pela Cetesb, colegiado da Secretaria do Meio Ambiente de caráter propositivo e consultivo, tendo sido também apreciada no âmbito do Conselho Estadual de

Recursos Hídricos. A proposta foi finalizada e a minuta aguarda os devidos trâmites para publicação. **Relevância:** Maior segurança da população urbana em geral, e de turistas durante eventos de massa, no tocante à exposição aos contaminantes potencialmente presentes em água de reúso proveniente de estações de tratamento de esgotos sanitários. **Legado:** Água de reúso ofertada em meio urbano em padrões de qualidade que garantam proteção à saúde da população.

Planos de Segurança da Água (PSA)

Contexto: O PSA é, segundo a Organização Mundial de Saúde, um conjunto organizado de ações e procedimentos de avaliação e gerenciamento de riscos envolvidos no abastecimento de água, desde o manancial até o consumidor, visando garantir a qualidade da água para consumo humano. Com a publicação da Portaria Federal 2.914/2011, reforçou-se a responsabilidade do produtor de água na avaliação, sob a perspectiva dos riscos à saúde, dos sistemas ou soluções alternativas de abastecimento, tendo por referência, dentre outros, o PSA. Em 2008, iniciativas conjuntas das secretarias de Saúde, Meio Ambiente, Saneamento e Agricultura resultaram em proposta de projeto de lei para implementar o PSA no Estado de São Paulo. **Proposta:** Estabelecer diretrizes, regulamentar e fomentar no Estado de São Paulo a elaboração, implementação e acompanhamento de Planos de Segurança da Água por parte dos responsáveis pelos sistemas públicos de abastecimento. **Estratégia:** Promover entendimentos conjuntos de forma a estabelecer diretrizes para que os sistemas públicos de abastecimento de água referenciem seu planejamento e suas atividades com base em Planos de Segurança da Água. **Parcerias/interfaces:** Secretarias de Meio

Ambiente (Cetesb), Saneamento e Recursos Hídricos (DAEE), Agricultura (CDA), Energia (ARSESP) e sistemas públicos de abastecimento de água. **Estágio:** Elaborada proposta na forma de Projeto de Lei. Realizado, em maio de 2014, Workshop Água e Saúde, em parceria com a Faculdade de Saúde Pública da USP, e apoio da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (AIDIS), Ministério da Saúde (MS), Associação Paulista de Saúde Pública (APSP), Cetesb e DAEE, que reuniu 50 profissionais de diferentes instituições para debater o tema “Segurança da Água”. Estabelecidos entendimentos preliminares e elaborada minuta de Portaria CVS instituindo grupo de trabalho para fomentar a elaboração e implementação de PSA pelos sistemas públicos de abastecimento de água. **Relevância:** População paulista e turistas com oferta de água potável oriunda de sistemas de abastecimento público com melhor gestão e controle do processo de produção. **Legado:** Sistemas de abastecimento e soluções alternativas mais estáveis e seguras, minimizando riscos de doenças associadas à disponibilidade e potabilidade da água.

Sistema de Informação Proágua

Contexto: Apesar de haver dois sistemas de informação – um estadual (Proágua) e outro federal (Siságua) – concebidos para organizar dados de potabilidade, verificam-se atualmente problemas de defasagens temporais, omissões e, por consequência, de confiabilidade das informações registradas nos sistemas. Os fluxos de registro dos dados não contemplam os que geram de fato os dados analíticos – os produtores de água e os laboratórios de Saúde Pública –, onerando as vigilâncias municipais, que têm por responsabilidade avaliar e gerenciar

a potabilidade da água para consumo humano. Desde 2011, estão sendo realizados estudos e articulações interinstitucionais para aprimorar o sistema de informações estadual. **Proposta:** Articular entendimentos com o Ministério da Saúde e demais parceiros para aprimorar o Sistema Nacional de Informações de Qualidade da Água para Consumo Humano (Siságua), de modo a possibilitar seu pleno uso no Estado de São Paulo. **Estratégia:** Elaborar diagnósticos, consolidar dados, realizar treinamentos das equipes regionais e municipais, monitorar e validar resultados. **Parcerias/interfaces:** Secretaria de Vigilância em Saúde do MS (CGVAM/SVS/MS), Departamento de Informática do SUS (Datasus), Instituto Adolfo Lutz (IAL), Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), dentre outros. **Estágio:** Realizados treinamentos para os Grupos Regionais de Vigilância Sanitária (GVS) para cadastramento dos sistemas e inserção de dados de vigilância e controle; articuladas estratégias para transferência de dados dos laudos analíticos do IAL para o Siságua e estabelecidos entendimentos com a Sabesp para a transferência automática de dados de controle de qualidade. **Relevância:** Dados atualizados e confiáveis a respeito de potabilidade da água produzida no Estado, garantindo ações ágeis e precisas de avaliação e de gerenciamento de riscos à saúde da população e dos turistas durante eventos de massa. **Legado:** Sistemas de abastecimento e soluções alternativas de água sob vigilância mais intensa.

Vigilância integrada de soluções alternativas coletivas de abastecimento de água

Contexto: Na última década, ganhou relevo em São Paulo o contexto urbano de exploração

desenfreada de aquíferos, com intensa perfuração de poços tubulares profundos. Eles passaram a se configurar como solução alternativa coletiva para abastecer empreendimentos industriais e comerciais dos mais variados tipos, bem como condomínios residenciais. Mesmo servidos por rede pública de abastecimento, tais empreendimentos optam pela solução alternativa por motivos econômicos ou para garantir suprimento mais constante e confiável. As 4.572 áreas contaminadas no Estado, quase todas em áreas urbanas, como também as milhares de atividades econômicas com alto potencial de contaminação do solo e da água subterrânea, permitem inferir riscos consideráveis do uso de águas subterrâneas em meio urbano. A Portaria Federal 2.914/2011 vetou ao setor Saúde autorizar a exploração de soluções alternativas em ambientes urbanos servidos por sistemas públicos de abastecimento. Por se configurar como medida desconectada da realidade urbana contemporânea – só na Região Metropolitana de São Paulo são estimados 10 mil poços tubulares profundos – a norma encontrou resistência dos órgãos reguladores, inclusive com moção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH). **Proposta:** Estabelecer novas referências integradas para regulação da exploração de soluções alternativas coletivas de água em áreas urbanas do Estado. **Estratégia:** Articular entendimentos com os demais órgãos de regulação da água no Estado de São Paulo de maneira a disciplinar o assunto em fóruns mais amplos de decisão. **Parceria/Interfaces:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, agências reguladoras de saneamento e Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Estágio:** O assunto foi pautado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, resultando na

Moção CRH 8/2011 endereçada ao Ministério da Saúde. Estão em trâmite entendimentos conjuntos para aprimorar a regulamentação do tema. **Relevância:** Maior segurança no consumo de água durante eventos de massa por parte de população urbana em geral e dos turistas usuários de grandes empreendimentos que fazem uso de soluções alternativas coletivas de abastecimento. **Legado:** Garantia de oferta mais segura e de potabilidade da água proveniente de aquíferos localizados em áreas urbanas, explorados como soluções alternativas coletivas por grandes empreendimentos, como hospitais, centros comerciais, indústrias e condomínios residenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio de desenvolvimento e a complexidade da sociedade paulista impõem a estruturação de uma vigilância de riscos à saúde

atenta aos grandes movimentos contemporâneos. Com uma população essencialmente urbana e dependente de sistemas coletivos de abastecimento de água, o estado de São Paulo demanda ações qualificadas e integradas para controle do risco sanitário associado à água para consumo humano. As novas tendências que se anunciam em escala global do deslocamento mais intenso de informações, mercadorias e pessoas são bem representadas pelos chamados eventos de massa, como é caso exemplar a Copa Fifa 2014 no Brasil. O grande evento mobiliza capital, atenções e esforços que propiciam oportunidades de encantamentos e de lucros, mas também moldam novos cenários de risco à saúde que exigem atenção especial do poder público. Neste contexto, as estratégias de vigilância sanitária transitam entre a garantia do bom espetáculo e a construção de legados que promovam a saúde daqueles que habitam o território paulista.

Correspondência/Correspondence to:
Luís Sérgio Ozório Valentim
Av. Dr. Arnaldo, nº 351, Anexo 3 – Pacaembu
CEP: 01246-000 – São Paulo/SP, Brasil
Tel.: 55 11 3065-4600
E-mail: lvalentim@cvs.saude.sp.gov.br